



ALFAIA AGRÍCOLA PORTUGUESA

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA
FERNANDO GALHANO
BENJAMIM PÉREIRA

ERIC

COTA 39/01
NÚCLEO ETNOGRÁFICO
REGISTO 450/Fundo Local
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NISA

O Portugal
Algarve, parte
lheira central).

que apresentam

Embora o
mediterrânea, o
zona beiroa), q
apresenta um r
Algarve, litorân
e onde o milho

Do rio Tejo
a norte desse ri
tamente. Sob o
primordialmente
por vezes norte
quente e seco, f
(inverno), um ve
anticlones sub
turas sobem fac
— a *maré* — refre
durante esses doi
verno, sob a neve
um vento quente

O inverno,
cam-se para o s
é moderado, e di
— o *xarôco* — d
de um «clima m
distinguir o Alto
Alentejo, de cara

III — PORTUGAL MEDITERRÂNEO

O Portugal Mediterrâneo situa-se a Sul, e compreende as províncias do Alentejo e Algarve, parte do Ribatejo, e o sector meridional da Beira Baixa (a Sul da cordilheira central). Os distritos estremenhos e o sul da Beira Litoral são zonas híbridas, que apresentam feições mediterrâneas combinadas com outras, de tipo atlântico.

Embora o Algarve seja a província portuguesa com mais forte personalidade mediterrânea, daremos neste estudo preferência ao Alentejo em geral (e à referida zona beiroa), que, no conjunto das suas características paisagísticas fundamentais, apresenta um maior e mais expressivo contraste com o Norte Atlântico do que o Algarve, litorâneo, densamente povoado, e de pequena propriedade muito dividida, e onde o milho é, como ali, um elemento importante na economia agrária.

Do rio Tejo para o Sul — com o prolongamento da Charneca e Cova beiroas a norte desse rio —, os quadros natural e humano mudam mais uma vez completamente. Sob o ponto de vista fito-climático, trata-se de uma região de natureza primordialmente mediterrânea, mostrando influências continentais, com aspectos por vezes norte-africanos, mas que, por outro lado, o Oceano tempera: clima quente e seco, fraca pluviosidade média anual (chovendo apenas praticamente no inverno), um verão longo e ardente em que a terra ressequida, sujeita à acção dos anticiclones subtropicais, escalda sob um céu sem nuvens; no interior as temperaturas sobem facilmente acima dos 40° C. e apenas ao cair da tarde o vento do mar — a *maré* — refresca um pouco a atmosfera sufocante. «A terra queimada e seca, goza, durante esses dois meses, do repouso anual que na Europa Central ela encontra no inverno, sob a neve». Quando no centro da Península se geram altas pressões, sopra então um vento quente de leste — o *levante* — que queima tudo, comprometendo as searas.

O inverno, pelo seu lado, é suave e curto; os anticiclones subtropicais deslocam-se para o sul, e as influências atlânticas tornam-se mais sensíveis: mas o frio é moderado, e dias chuvosos alternam com tempo solheiro, que o vento frio do leste — o *xarôco* — dissipa e arrefece. No seu conjunto, pois, a grande Província goza de um «clima mediterrâneo, temperado pela vizinhança do Atlântico». Mas cabe distinguir o Alto Alentejo, de clima menos excessivo e mais húmido, e o Baixo Alentejo, de características mais meridionais.

O relevo e o maior ou menor afastamento do oceano criam também diferenças: «à região ocidental, vizinha do mar e com um relevo acidentado, que apresenta maiores precipitações, uma humidade atmosférica mais elevada no verão, uma menor amplitude térmica, e uma vegetação mais rica e mais verdejante, contrapõe-se o Alentejo interior, continental, com o seu clima extremo, muito mais seco e sujeito a fortes geadas». No que se refere aos solos, há também que fazer uma distinção essencial: por um lado, os *barros*, contendo uma proporção elevada de argila, profundos, derivados em regra de rochas eruptivas básicas, e por isso ricos em fósforo, podendo voltar a produzir passados uns 4 anos (pois o azoto regenera-se em pousio com relativa rapidez), e que, bem tratados e adubados, são mesmo muito produtivos; por outro, as terras *galegas*, derivadas dos xistos, às quais falta o fósforo, constituindo solos magros, pedregosos, feitos de detritos da rocha mãe, geralmente muito pouco profundos (5 a 10 cm) e que só com longos pousios estão de novo em condições de produzir; a rocha aflora com frequência ⁹⁷.

Os horizontes são aqui de uma grande sobriedade de linhas: exceptuando alguns maciços de pequeno vulto e altitude — as serras de S. Mamede, Ossa, Mendro, Ficalho, Grândola e Cercal, e, ao Sul, o complexo da serra algarvia (que prolongam, já em Portugal, os sistemas toledano e bético espanhóis) — o Alentejo é uma vastíssima peneplanície, formada por superfícies aplanadas do maciço antigo. Esta planície anula praticamente o litoral — uma orla linear, fechada e hostil, de arribas —, que é a zona mais despovoada do País. Os rios que a sulcam ficam, à excepção dos mais vultosos, pouco menos do que secos no verão, e são sujeitos a cheias repentinas, provocadas por súbitas chuvadas torrenciais.

Relacionada com estes aspectos, a flora espontânea da Província compõe-se de espécies mediterrâneas arbóreas e arbustivas — o sobreiro, o azinho ⁹⁸, o zambujeiro, o medronheiro, a esteva, o rosmaninho, o alecrim, o loendro, etc. — requerendo calor e solos secos; e, de facto, certas plantas mauritâneas encontram aqui mesmo o seu limite norte de difusão.

Outrora, a paisagem mais característica do Alentejo era a charneca — a terra bravia, contínua e inculca, seca e erma, coberta de matagais daquelas espécies arbustivas, habitados por animais selváticos, lobos e javalis, e, mais antigamente, além desses, por ursos e veados, e infestados de salteadores que neles se acoitavam —, e que até meados do século passado representava mais de metade da sua superfície

⁹⁷ Mariano Feio, 'Le Bas Alentejo et l'Algarve', pp. 23-30 e 64-65; e do mesmo Autor, 'A Evolução da Agricultura em Portugal nos últimos decénios', in 'Herança Social Peninsular perante o Desenvolvimento Industrial — XXIX Congresso Luso-Espanhol', III, Lisboa, 1970, p. 75. Para lá dos trabalhos escritos sobre o Alentejo, que constituíram uma base segura do nosso estudo, temos ainda a agradecer a Mariano Feio todos os ensinamentos que nos ministrou sobre os assuntos aqui versados, que tão bem conhece. Note-se que, além destas duas espécies de solos, no Alentejo existem também terrenos graníticos (Portalegre, Évora, etc), calcáreos (Estremoz, Vila Viçosa, etc), e outros.

⁹⁸ Luis da Cunha Gonçalves, 'A Vida Rural do Alentejo', Coimbra, 1922, p. 33: «Tanto as sobreiras como as azinheiras nascem quase espontâneas. São raríssimas as florestas deste género provenientes de sementeira».

total; apenas em torno dos aglomerados urbanos e em clareiras, nos solos melhores, se alargavam as terras aráveis, searas, campos semeados e pousios, onde crescia o trigo, a cevada, a aveia e o centeio; e, nos montados, também invadidos pelo matalgal, o sobro e o azinho.

Já na *Crónica de Cinco Reis de Portugal* (citada por Oliveira Marques), quando se referem as algaras de D. Afonso Henriques fala-se nas «charnecas mui grandes e despovoadas» que existiam além Tejo (reflectindo também o estado da região no século XV); e o mesmo quadro se depreende da Lei das Sesmarias, de D. Fernando, de 1375, que deixa entrever uma Província recoberta de herdades que não são lavradas nem semeadas (prescrevendo nesse caso a sua expropriação); e também do escrito de Manuel Severim de Faria, sobre os «Remédios para a falta de gente», de 1655, que mostra o Alentejo dividido em grandes herdades exploradas por rendeiros, e que «quanto maiores são menos se cultivam».

Como veremos, a charneca e os incultos extinguiram-se, e hoje praticamente toda a terra é produtiva: a paisagem desdobra-se a perder de vista em grandes campos abertos e desarborizados, de cereal e pousios, e em montados limpos, de sobro e azinho — e, aqui e além, restos dispersos dos maninhos antigos —; isolado na amplidão, branqueja o casario das cidades, vilas e aldeias, rigorosamente concentradas e muito distantes umas das outras, e dos *montes* e pequenos casais esparsos (constituindo uma forma concomitante de povoamento disseminado), centros de explorações agrícolas, maiores, ou menores, uns e outros rodeados ou ladeados por cercados de culturas mimosas, olivais e, em certas partes, vinhedos ⁹⁹.

É aqui que se verifica a densidade demográfica mais baixa do País com uma população aliás muito desigualmente distribuída ¹⁰⁰, e estes factos explicam-se pelas

⁹⁹ Ezequiel de Campos "O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa através dos Séculos", Lisboa, 1943, p. 48, referindo-se à cintura de pequenas propriedades que se vê nos aglomerados alentejanos, comenta: «Era o limite do oásis. Logo por fora deste aro mimosamente cultivado estendiam-se em toda a volta as herdades e *defezas* em grande e grandíssima propriedade, com os pousios de muitos anos, as queimadas e os montados rarefeitos (...) pelo incendio e pelo gado manadio e grandes rebanhos. Brejos e charnecas (...)».

¹⁰⁰ Mariano Feio, 'Le Bas Alentejo et l'Algarve', p. 59. Ver também Ezequiel de Campos, op. cit., pp. 46 e 50. «Na Beira Baixa e no Alentejo a conquista do solo pátrio fez-se por lutas muito demoradas; por isso enormes extensões maninhas e ermas: os terrenos afastados de algum lugar forte, onde o agricultor pudesse rapidamente salvar-se a si e aos produtos da sua indústria tinham-se tornado forçosamente maninhos: a cultura cingia-se apenas às povoações acasteladas; o mais era um deserto». «A estrutura do solo e o clima opunham-se também a uma colonização rápida e fácil». «As grandes superfícies de pliocenos (...) e a quase igual extensão dos miocenos (...) sujeitos ao clima de verão ardente (...) constituíram um enorme território adverso ao povoamento: porque se prestava muito mal à cultura do trigo nas práticas tradicionais do pousio, arenosas e pobres como eram de natureza.»

Oliveira Marques, "Introdução à História da Agricultura", p. 78, nota porém que «seria (...) errado pensar que o Alentejo se encontrava deserto (...). Muito pelo contrário. Situavam-se Entre-Tejo-e-Odiana alguns dos grandes aglomerados do reino — como Évora, Estremoz, e Elvas — (ver, do mesmo Autor, «A População Portuguesa nos Fins do Século XIII») ...Contrastavam assim o panorama desértico da maioria da área da comarca e a abundância ridente dos seus poucos povoados».

condições naturais do terreno, combinadas com as circunstâncias históricas e sociais da sua ocupação, que, por seu turno, estão na base das características fundamentais da agricultura regional.

Desde os alvares da História, os povoados, nesta região, instalaram-se exclusivamente nos pontos elevados e melhor protegidos, cultivando em torno as terras necessárias ao seu sustento, mas permanecendo isolados uns dos outros pela vastidão desértica da charneca bravia. A colonização romana e árabe teve aqui grande impacto e deixou numerosos vestígios, bem patentes nas cidades e vilas principais alentejanas, e até em terras de cultura, aonde a cada passo se encontram vestígios de explorações rurais dessas épocas; a agricultura desenvolveu-se, introduziram-se novas plantas e técnicas agrárias, os gados abundavam, a população aumentou e civilizou-se; mas a feição primitiva do povoamento manteve-se e a planície continuou despovoada¹⁰¹. Nos princípios da monarquia, a corôa, para consolidar a Reconquista numa área vastíssima, desértica, plana e aberta, adoptou o regime das doações de enormes domínios a magnatas laicos e eclesiásticos (reservando aliás para si própria a parte maior)¹⁰². Como se diz no preâmbulo do Decreto-Lei N.º 44720, de 23.11.1962, «a vasta e ondulada planície alentejana foi durante séculos terra de ninguém, em que cristãos e mouros se degladiavam pela posse de territórios, em constantes correrias e incursões, com a conseqüente destruição de bens e fuga de população. O senhorio dessas disputadas terras foi por isso atribuído a quem tinha poderio para as defender; o colono fraco e isolado não podia sentir-se

¹⁰¹ Oliveira Marques, op. cit., p. 91: «Além dos detritos orgânicos, a agricultura romana e muçulmana conheceu outros processos de adubação, que quase todos passaram para a Idade Média. Assim se deu, por exemplo, com o emprego das cinzas, frequentíssimo em Portugal aquando das arroteias que se seguiram à Reconquista cristã. Não obstante, as desvantagens de tal sistema — destruição da camada vegetativa e intensificação da erosão — revelaram-se muito superiores às suas vantagens como fertilizantes do solo. Se bem que os agrónomos romanos conhecessem e houvessem teorizado o emprego de leguminosas — tremoço, fava, ervilhaca — para azotar o solo e assim o fertilizar e restaurar com relativa rapidez, nunca o processo parece ter sido utilizado pelos lavradores. Na Idade Média desconhecem-se quaisquer traços dessa técnica, que só veio a triunfar como conquista dos tempos modernos». Ver também Ezequiel de Campos, op. cit., p. 20: «A passagem por mais de quatro séculos do domínio romano na Lusitânia ao Sul do Tejo, que há-de integrar-se no território do futuro Portugal, alastrou a derrubada da floresta para o trigo e para o gado manadio, complicou e alargou deveras o âmbito geográfico do trabalho, sorveu boa parte do fruto deste; e assim civilizou a gente e fê-la crescer em número; mas não alterou o seu feitiço primevo de povoamento, nem o modo de utilização do seu quadro geográfico»; e também p. 19: «...nem a exploração mineira nem o desbaste extenso do arvoredor em torno dos cerrôs e dos montes do Alentejo e da orla do Tejo, para a cultura cerealífera e para o gado manadio, levaram para a planície muita população e por ela a dispersaram em núcleos de povoamento, pois toda esta continuou a permanecer adensada nos cimos das elevações. E apesar de todo o crescimento da gente da Lusitânia ao Sul do Tejo nos séculos do domínio romano, não deixou de continuar, até às invasões que o esmagaram, e ao depois, a distância grande de povoado a povoado, imposta pela orografia do território: ... não se povoou a planície por casais dispersos ou conjuntos. Ficou sempre a gente apenas pelos cimos dos montes».

¹⁰² Albert Silbert, "Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancien régime — XVIII et début du XIX.º siècle", I, Paris, 1966, p. 153: «... uma época em que o problema do povoamento e da defesa contra os mouros estava em primeiro plano. A gente preocupava-se muito pouco com tirar proveitos da terra. Era preciso de entrada que ela fosse habitada» (trad. dos autores).

tentado a ocupar uma terra que não era capaz de manter. Ultimada a reconquista com a definitiva expulsão do Sarraceno, procuraram os nossos reis da «Dinastia Agrária» resolver os graves problemas do despovoamento das terras transtaganas e da correspondente concentração de propriedade. Mas nem as leis da desamortização expedidas por D. Dinis, nem as leis das sesmarias de D. Fernando, nem os ulteriores esforços de D. João I, D. Duarte e D. João II contra o fortalecimento do feudalismo agrário evitaram a manutenção e ampliação da propriedade latifundiária em várias regiões do País, especialmente ao sul do Tejo». A terra alentejana ficou portanto, desde esses primórdios, fixada e imobilizada nas mãos de poderosos terratenentes; e são esses latifúndios, insulados no meio da charneca imensa e totalmente despovoada, que se situam na origem das grandes herdades alentejanas actuais.

As cidades e vilas alentejanas principais, vêm, pois, de tempos muito remotos, sobretudo do período romano, e são, como dissemos, rigorosamente concentradas¹⁰³ e geralmente vultosas; as aldeias, habitadas pelos trabalhadores que servem nas herdades próximas, surgiram muitas vezes mais tarde, envolvidas pelos latifúndios; algumas situam-se mesmo no meio desses latifúndios, e nasceram do desenvolvimento de um *monte*, por concessão do seu proprietário, a quem os moradores pagavam uma renda ou fôro. Elas — e semelhantemente os demais centros urbanos e os *montes* — eram, como dissemos, geralmente circundadas por pequenos cercados para culturas hortícolas, pomícolas, e outras.

As aldeias alentejanas são de casas térreas alinhadas e seguidas, de taipa, imaculadamente caiadas de branco no exterior e no interior, embelezadas com poiais, canteiros e vasos de flores na fachada frontal, acima da qual se erguem as grandes chaminés; habitadas por assalariados rurais integrados num regime económico estritamente quantitativo, elas são em si mesmo apenas de habitação e não de lavoura, e por isso esmeradamente limpas, não mostrando nenhuma particularidade funcional que as relacione com aquela actividade; certas arrumações, para guarda de alfaias, produtos, ou animais, situam-se geralmente em anexos exteriores, nas traseiras da casa.

Em pequenos casais ou *montarecos* esparsos pelas terras, as lojas do cereal e a corte do burro estão geralmente incluídas na própria casa, a seguir ao sector da habitação; e, com muita frequência, possuem anexos exteriores, não raro inteiramente em materiais vegetais, para outras arrumações.

¹⁰³ Mariano Feio, "Le Bas Alentejo et l' Algarve," p. 63, é de opinião que "Grandes aldeias fortemente aglomeradas, testemunham um longo passado de insegurança, populações pouco densas, e propriedade concentrada". Orlando Ribeiro, "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico", p. 49, nota também, em termos gerais, que «a exploração extensiva, o uso do afolhamento, não serão estranhos à aglomeração. Todavia, ela traduz sobretudo esse longo passado de insegurança» — a imensa charneca de outrora, infestada de salteadores e assolada de guerras.

A paisagem e a economia rurais alentejanas caracterizavam-se fundamentalmente — e ainda hoje se caracterizam em múltiplos aspectos — pela preponderância do cultivo de cereais de sequeiro — o trigo, associado à cevada e à aveia; e, mormente outrora, o centeio —, portanto uma lavoura sem rega, em campos abertos e em grande parte desarborizados, em regime extensivo, com afolhamentos e, até épocas recentes, pousios intercalares, e silvicultura em montados de sobre (e azinho), nomeadamente para a produção da cortiça, complementados com pastorícia, sobretudo de gado miúdo, também em regime extensivo, em prados naturais — porcos nos montados, ovelhas nos pousios, outrora cabras (e bovinos) nos bravios; e pela grande propriedade latifundiária¹⁰⁴ e exploração de carácter industrial. Na sua evolução distinguem-se claramente três períodos bem definidos: 1) o período antigo ou da charneca, que dominava a fisionomia da Província, e que dura até aproximadamente ao penúltimo quartel do século passado; 2) o período das grandes arroteias, que significaram o desbravamento dos incultos e a extinção da charneca, e que se consumam pela década de 30; este movimento relaciona-se em grande medida com a generalização do uso dos adubos químicos (que se inicia em 1884), permitindo o cultivo dos terrenos até então inaproveitáveis, e o desenvolvimento das explorações; e 3) o período da plena mecanização da agricultura alentejana, que se inicia a seguir à segunda guerra mundial, e sobretudo a partir da década de 50.

A unidade agrária característica do Alentejo é a *herdade* — a grande propriedade —. As herdades, maiores (por vezes enormes) ou menores, soldam-se umas às outras sem deixarem entre si, praticamente, qualquer pedaço de terreno disponível, recobrando toda a província, e envolvendo por todos os lados os aglomerados urbanos e a sua cintura hortícola, como ilhas isoladas no meio das terras que as compõem.

A grande exploração (que pela sua própria natureza permite e acabou por exigir a mecanização dos meios de trabalhar a terra), necessita de capitais avultados, de uma planificação anual cuidadosa, uma contabilização perfeitamente organizada, e unidade e centralização de direcção. Ela assenta em conceitos quantitativos e inteiramente racionalizados, em que não intervêm factores de natureza afectiva; e por todas essas razões, mostra, como dissemos, afinidades com as explorações industriais¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Silva Martins, op. cit., pp. 497-580, e II, pp. 375-378.

¹⁰⁵ Pierre George, 'Sociologia Geográfica', in "Tratado de Sociologia", I, Lisboa, 1964, p. 359: «...a exploração de tipo tradicional e a exploração moderna, motorizada e mecanizada, não tem as mesmas formas de gestão financeira. A aparição de volumosos investimentos na aquisição de material, compras de carburante, de sementes seleccionadas, de reprodutores, de adubos químicos, o recurso aos serviços remunerados de técnicos e, ao mesmo tempo, a redução da parte do trabalho no conteúdo das actividades e dos investimentos substituem uma combinação na qual o principal factor de produção era o trabalho familiar, de que se não fazia contabilidade, por uma

Monte, no Alentejo, é geralmente o nome dado a uma exploração agrícola grande, ou, mais concretamente, à casa de habitação do seu proprietário (ou da pessoa que a dirige), e que se situa no meio dessa exploração. Na realidade, os *montes* podem ser desde grandes casas com dois e às vezes três andares, tendo à sua volta as dependências e anexos requeridos por uma lavoura de vulto, até esses pequenos *montarecos* isolados, térreos e com as divisões restrictas às necessidades de uma pequena lavoura.

No seu sentido mais corrente, o *monte* é um tipo de «casa complexa», núcleo central de uma herdade, compreendendo a casa senhorial do proprietário ou a do rendeiro, outras para o feitor e manajero, e ao lado as instalações para os trabalhadores da terra, permanentes ou eventuais — as casas da malta —, e para os artífices dos vários mestères necessários ao funcionamento da exploração, carpinteiros, ferreiros, etc., por vezes mais de uma centena de pessoas com funções específicas e muito diferenciadas; e também lojas e cómodos para resguardo de gados — *malhadas* dos porcos, *bardos* das cabras, *chiqueiros*, etc. —, alfaias e produtos das colheitas, celeiros, *ucharias*, *amassarias* e forno do pão, *queijarias* e *rouparias*, etc., formando o terreiro interior para o qual abrem as portas e janelas. Ao lado do *monte* — que em regra se implanta nas terras melhores da herdade —, situam-se também a *horta*, de regadio, com sebes de piteiras em vez de muros, para os gastos do *monte*; o *quinchoso*, geralmente de sequeiro, com sebes também de lenha, para protecção contra os gados, e que por vezes fazia parte do contrato de certos arrendados do monte; os *monturos* ou *farrejais*, fertilizados com os estrumes do *monte*; ainda a eira (de terra batida), para a debulha e limpa do cereal; poços ou fontes, etc.¹⁰⁶.

Uma herdade compreende: a) o *monte* (em sentido restrito), os campos, ou *terra campa*, *afolhados* ou em pousio; os *montados*, de sobro e azinho, onde se explora a cortiça; olivais, em manchas por vezes extensas, e mormente nas zonas calcáreas; em certas regiões — Vidigueira, Borba, Reguengos, etc. —, vinhas; por

nova combinação em que o factor principal de produção é o investimento, investimento de apetrechamento e investimento de exploração anual. Nesta segunda combinação, a contabilidade, o cálculo da maior rentabilidade dos investimentos, tornam-se a regra e o motor da exploração. E a natureza do trabalho permanece muito diferente da do trabalho industrial, se a certeza da revisão económica do exercício anual é muito menor que na gestão de uma fábrica, as formas de direcção aproximam-se das da empresa industrial. Compreende-se assim tudo o que separa o aldeão tradicional, que aparece essencialmente como um patriarca, ordenando o trabalho familiar, sempre ligado a certas formas de economia de subsistência, quanto mais não fosse para a manutenção dos animais de trabalho, do chefe da empresa agrícola para quem a noção fundamental passa a ser a de rentabilidade dos capitais comprometidos.

¹⁰⁶ Para a descrição e estudo do *monte* e da vida que nele decorre, ver José da Silva Picão, "Através dos Campos", Lisboa, 1947, pp. 11-29. Mariano Feio, "Le Bas Alentejo...", p. 60: «Mais do que um facto de povoamento, o monte é um fenómeno económico: ele exprime a necessidade de se ter, em cada exploração, o pessoal, muito numeroso e diferenciado, de que ela necessita para o seu funcionamento normal».

vezes bravios; etc. Os montados, os pousios e os bravios, servem também, como dissemos, de pascigo a varas de porcos e a rebanhos de ovelhas e, sobretudo outrora, de cabras, e manadas de bois e de vacas.

É evidente que desde sempre existiu também a pequena propriedade. «À medida que se ia assegurando a paz pela derrota do mouro e pela definição das fronteiras do Leste, à volta das povoações acasteladas (...) dividiram-se as terras das presúrias em muitas hortas e hortejos, onde o poço e a nora mourisca garantiram as culturas variadas, para a gente urbanizada (...) Eram jardins horticolas na posse e arroteio de mouros e mossárabes foreiros, em número muito grande (...) Intercaladas nas hortas (...) algumas quintas de fidalgos e cidadãos, também com os seus trechos de regadio e pomar»¹⁰⁷.

Em tempos menos recuados, a pequena propriedade independente, no Alentejo, era representada fundamentalmente por esses tractos de terrenos cercados à volta dos centros urbanos, onde se praticavam culturas em regime intensivo, permitido por uma estrumação abundante, que as suas dimensões e a sua localização tornavam possível: *hortas*, para horticultura, de regadio; *ferragiais* ou *farrejais*, para, além disso, cultura do trigo, ou outros cereais sem pousios, e *ferrejos* (pastos); e ainda, por vezes, *quintas*, de maiores dimensões, muradas, de tipo senhorial, com casa de habitação para o proprietário ou o arrendatário (o *quintaneiro*), e onde, além da horticultura, se praticava também a pomicultura, sobretudo de laranjas, para abastecimento de mercados urbanos próximos. Aquelas pequenas propriedades, na sua quase totalidade, nomeadamente as hortas e ferragiais, eram de natureza enfiteutica; seguidamente, porém, transformaram-se em propriedades perfeitas pela remissão dos foros¹⁰⁸. Uma outra forma de pequena propriedade, são casais que se vêm dispersos no meio de grandes herdades, onde residiam os trabalhadores, também aforados, em consequência do parce-

¹⁰⁷ Ezequiel de Campos, op. cit., pp. 47-48.

¹⁰⁸ Ver Silva Picão, op. cit., pp. 23-24. Gerardo Augusto Pery, "Estatística Agrícola do Distrito de Beja — Parte I — Concelho de Beja", Lisboa (Imp. Nac.), 1883, p. 11, nota no concelho de Beja que «Na proximidade das povoações, domina a pequena cultura»; e a seguir, p. 12, que «são raras as pequenas propriedades que não pagam foro, porque quase todas resultaram da divisão de herdades em parcelas para aforar». E acrescenta: «a esta divisão da propriedade deve a agricultura o seu desenvolvimento e a população o seu bem-estar. É justamente onde existe a pequena propriedade que se encontram os vinhedos e olivais, se veem as melhores searas, e se nota maior densidade de população; onde dominam as grandes herdades é também onde se topam as charnecas mais dilatadas e os grandes ermos». O mesmo Autor, id, II, "Concelho de Cuba", p. 21, diz também: «Pelo próprio facto que lhe deu origem, a maior parte da pequena propriedade deste concelho era enfiteutica. Hoje, porém, é em grande parte livre de foro ou pensão, quer por efeito da remissão quer em resultado da lei de 13 de Agosto de 1832, que revogou todos os foros e tributos ou pensões foraleiras». Mariano Feio, "Le Bas Alentejo et l'Algarve", pp. 58-59, diz igualmente que «a pequena propriedade encontra-se na periferia das aldeias e nos terrenos recentemente lotados por enfiteuse. No primeiro caso estão os olivais e os *ferragiais*: estes estão submetidos às mesmas culturas que as grandes propriedades, mas de uma maneira intensiva, com supressão de pousios, graças à estrumação. A superfície de uns e de outros é em geral inferior a 5 ha. Antigamente quase todas as pequenas propriedades estavam no regime da enfiteuse. Em nossos dias, um grande número dessas terras foram remidas». Manuel Vilaverde Cabral,

lamento dessas herdades em *courelas* para fixação de colonos que assegurassem a mão de obra necessária ao seu cultivo, e que, por esse motivo, são mesmo designados pelo nome de *foros*. Mais modernamente, a pequena propriedade toma maior incremento, devido sobretudo ao desbarato das grandes herdades. Além da grande e da pequena propriedade, há ainda que mencionar a propriedade colectiva, que «ocupava um lugar de vulto no conjunto do Portugal Mediterrâneo», ocorrendo em vários casos e sob determinadas formas¹⁰⁹.

É porém fora de dúvida que, à parte esses aspectos da pequena propriedade, importantes sem dúvida mas menos significativos, a regra geral e característica da apropriação do solo no Alentejo, que se verificou até aos nossos dias, foi a grande propriedade ou exploração, derivada do anterior latifúndio, que as condições ecológicas e históricas da região promoveram¹¹⁰; e o contraste e oposição entre os dois estratos em que se estrutura basicamente a população agrícola alentejana — os grandes *lavradores*, proprietários ou rendeiros, e os *trabalhadores* sem

"Materiais para a história da questão agrária em Portugal — Sécs. XIX e XX" (Seleção, prefácio e notas de), Porto (Inova) 1974, p. 65, na esteira de Silbert, é de opinião que «o regime da enfiteuse pouco ou nada contribuiu para o fomento rural». Orlando Ribeiro, comentando Silbert na sua obra "A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo", Lisboa, 1970, p. 106, escreve: «Sob a designação de *culturas ricas*, agrupa Silbert as que, em chão revolvido e estrumado, são feitas em torno dos centros povoados (*culturas mimosas*, dir-se-ia em português, o que evoca ao mesmo tempo as noções de cuidado e de rendimento); *ferregiais*, inicialmente parcelas semeadas de cereais para cortar em verde, depois sucessão de cereais sem pousio, que se pratica à volta das aldeias e dos *montes* (estes também chamados *monturos*); *chões* ou *chãos*, tão correntes na Beira Baixa e apenas conservados no sentido de tapada com horta ou pomar na *área de Nisa*, afirm daquela região, referidos em documentos, mas desaparecidos do vocabulário corrente no fim do século XVIII; *bacelo*, igualmente em Nisa, onde designa inicialmente pequena vinha e, por extensão, chão de tamanho diminuto; *quinta*, com o significado corrente de propriedade nos subúrbios numa aglomeração importante, com culturas intensivas, ricas e variadas (junto de Beja, em 1854: casa, horta, laranjal, um hectare de trigo, olival); todos opostos, sob a designação genérica de *coutas*, às herdades».

¹⁰⁹ Silbert, op. cit., p. 104: «Deve-se contudo notar que uma grande parte, a maior, das terras consideradas, não pertenciam realmente à comunidade dos habitantes, mas à entidade administrativa que é o concelho. A distinção jurídica entre os *bens do concelho* e os *bens do povo* é muito nítida. Praticamente, a diferença diz respeito sobretudo ao fisco: o Tesouro Régio cobrava 1/3 do rendimento das propriedades do concelho. O uso dos «comunais» é idêntico por toda a parte: pastos (particularmente para o alimento dos animais de trabalho), — cultura temporária — repartição periódica quando existe uma divisão em folhas — aluguer frequente, tanto dos pastos como do direito do cultivo». Para se estudar o problema da propriedade colectiva no Portugal Mediterrâneo, é indispensável consultar esta obra fundamental.

¹¹⁰ Na verdade, a pequena exploração frumentária está fundamentalmente fora da tradição e da técnica agrária local, moldada pelas condições da grande exploração extensiva. A partilha dos comunais de Monsaraz, descrita por José Cutileiro ("A Portuguese Rural Society", Oxford, 1971, pp. 19-20 — trad. M. V. C., ap. Manuel Vilaverde Cabral, op. cit., p. 67) ilustra muito expressivamente a força desta tendência local para a grande exploração: após essa partilha, em 1874, todos os trabalhadores da freguesia passaram a ter terra. A situação porém durou pouco: muitos dos contemplados não se interessaram pela exploração das suas parcelas, não pagaram a respectiva contribuição, e elas foram vendidas. «Em 1907, o maior latifundiário da região possuía 166 das *courelas* de uma das terras comunais. Em 1914, restavam apenas 69 das 820 *courelas* primitivas. Mais tarde ainda, em 1930, algumas das *courelas* restantes foram compradas e concentradas por um proprietário local. Os trabalhadores rurais tinham de novo deixado de possuir qualquer terra, perdendo no decurso da operação as vantagens anteriormente oferecidas pelas terras comunais».

terra — são ali uma realidade crucial, que dá o tom e define as linhas mestras da atmosfera económico-social da Província. Falamos já das primeiras tentativas de combate ao latifúndio, sobretudo quando nele se enxertava o absentismo dos grandes proprietários, que no Alentejo sempre se considerou causa da existência de grandes extensões de incultos, delineadas na Lei das Sesmarias, de D. Fernando, e das medidas preconizadas por Manuel Severim de Faria, em 1655, em vista à resolução do problema magno do despovoamento do Alentejo. Mas é no século XIX que a oposição entre esses dois estratos sócio-económicos se define de modo mais concreto, sob a forma de ataque ao latifúndio: Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Alberto Sampaio (que acentua expressamente a necessidade de «arrotar, cultivar e dividir os latifúndios, sentenciados hoje em todos os Países»), propondo, como paliativo, o revigoramento da enfiteuse (que para Herculano seria também um processo de fixação de mão de obra); e Basílio Teles, («Problema Agrário»), preconizando directamente a expropriação do latifúndio («com a sua inevitável charneca»). Enfim, o Decreto-Lei N.º 44720, de 23.11.1962 após historiar a questão da grande propriedade na Província, toma posição em relação ao assunto, admitindo a expropriação de uma parte das terras que beneficiaram de obras de fomento hidro-agrícola.

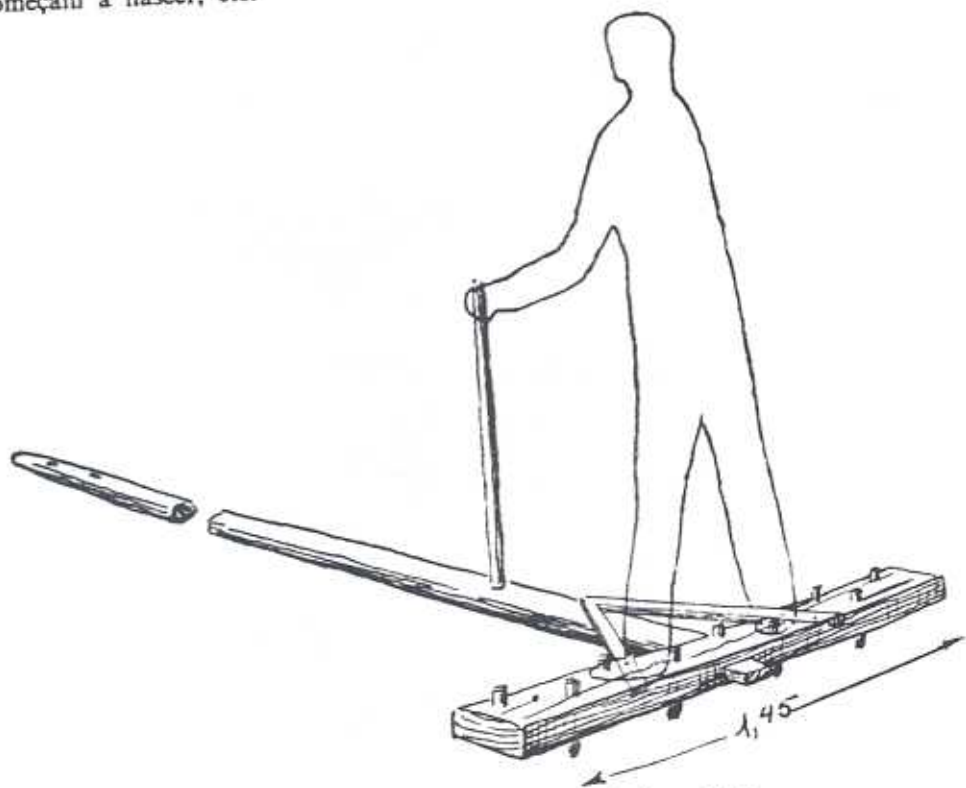


Em relação com o tipo fundamental da apropriação do solo nesta Província, a sua população, segundo um esquema simplista, divide-se em dois extractos violentamente contrastados, em relação com os aspectos essenciais que ali mostra a exploração rústica: por um lado os grandes *lavradores* — os grandes proprietários ou lavradores senhoriais, outrora a realeza e os potentados da nobreza e da Igreja, conventos e ordens religiosas e militares, e, hoje, do capital (que em muitos casos se substituíram a esses) —; e, por outro lado, a massa dos trabalhadores, verdadeiro proletariado rural, que não possui nem detém um palmo de terra, trabalhando a terra dos outros ¹¹¹ (admitindo-se unicamente, como formas de pequena propriedade e exploração, os casos que atrás enumeramos).

¹¹¹ Mariano Feio, "Le Bas Alentejo et l'Algarve", p. 75: Em 1949, o proletariado rural alentejano representava 73% da população activa na agricultura. Silbert op. cit., p. 1035: «A sociedade estudada caracteriza-se numa primeira aproximação por uma hierarquia no topo da qual se situam os grandes proprietários laicos e eclesiásticos: conventos, Ordens religiosas, famílias nobres, a Coroa, a casa de Bragança, da Rainha, do Infantado. No degrau abaixo, encontram-se os rendeiros. Em baixo de tudo, os operários agrícolas. A pequena exploração fora dos arrabaldes das povoações, aparece como excepção. A hierarquia assim definida é simples demais para corresponder à realidade». Acerca das categorias sociais no Alentejo rural, ver Orlando Ribeiro, "A Evolução Agrária", pp. 181-183; José Cutileiro, "A Portuguese Rural Society" e "As Classes Sociais no Alentejo", in "Análise Social", 2.ª Serie, 34, Vol. IX, 1972-2.º

O homem que grada vai sobre ele, segurando-se a um pau — o *tenedeiro* — espetado no *cambo* (des. 100). O rastró encontra-se numa área limitada da ponta nordeste de Trás-os-Montes, na zona raiana de Bragança, e sobretudo em Terras de Miranda, a par com outros rastros mais pequenos, com dentes de pau ou ferro em número variável, e manejados a braço, próprios para outras operações. Os romanos tinham também os dois géneros de *raster*: um pequeno com quatro dentes e manejável a braço; outro, pesado, puxado a gado. Aliás, em várias regiões portuguesas, existem palavras derivadas deste étimo latino, para designar certos instrumentos de gradagem — não só o *rastró* ou *rastrão* mirandês (que em Rio de Onor leva o nome de *grade de ganchas*), mas também o rastilho alentejano, que, como vimos, é uma grade com rabiça e dois varais.

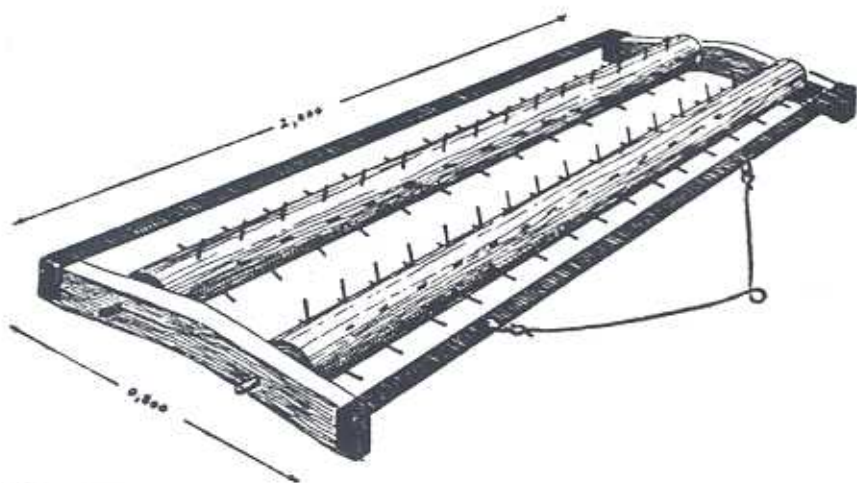
É empregado para gradar hortas e linhares, plantações de batatas quando estas começam a nascer, etc.



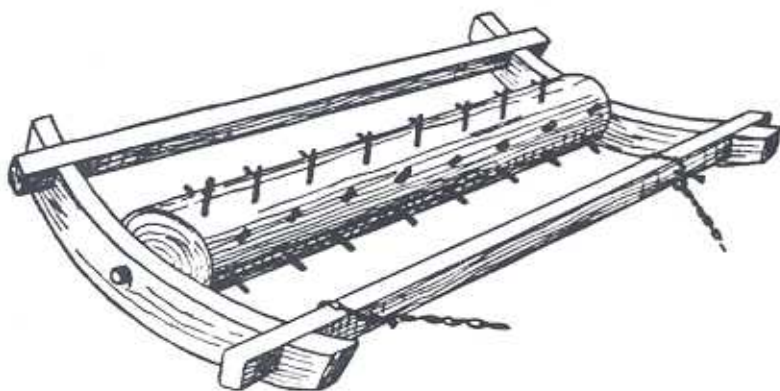
100 — Bragança, Rio de Onor. *Grade de ganchas*

c) 13 — *Picadeira*. A *picadeira* é uma espécie de trilho de rolos munidos de lâminas de ferro, em número de um a três, montados sobre uma armação rectangular, puxada por animais e, mais recentemente, por tractores, usado como dester-

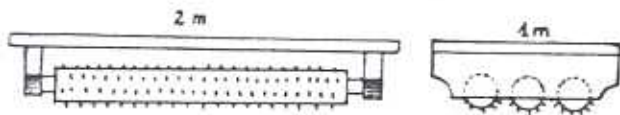
roador, e que supomos derivado do trilho comum desse tipo — o *plostellum* dos romanos — utilizado para a debulha nas áreas onde ocorre a *picadeira* (des. 101, 102, 103). Esta encontra-se no Ribatejo, em Mafra, Tomar, e em inúmeras partes do Alentejo. Em Nisa, este instrumento — o *rascalho* —, de introdução recente, é composto por um rodado singelo de 40 cm de diâmetro, com eixo fixo de ferro, e 10 a 12 *talas* ou *teclas* de madeira; estas são atravessadas pelo eixo na parte dian-



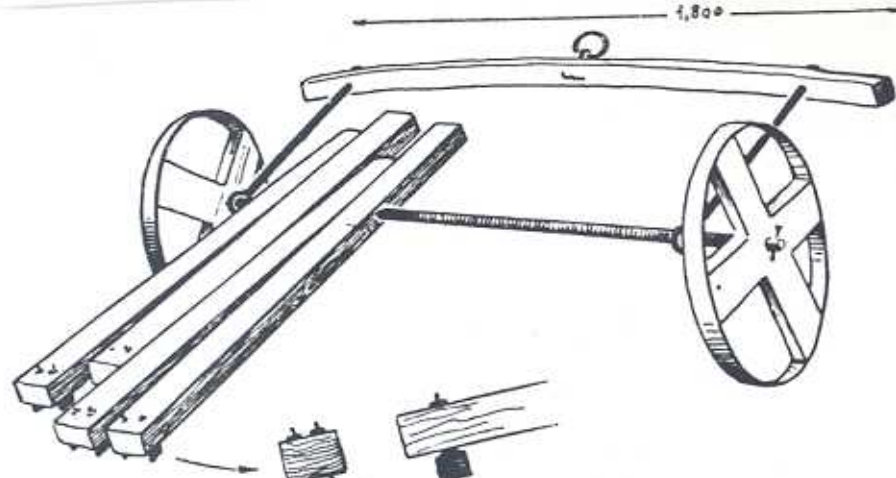
101 — Cuba. *Rôlo* para desfazer a crosta da terra quando o trigo começa a romper.



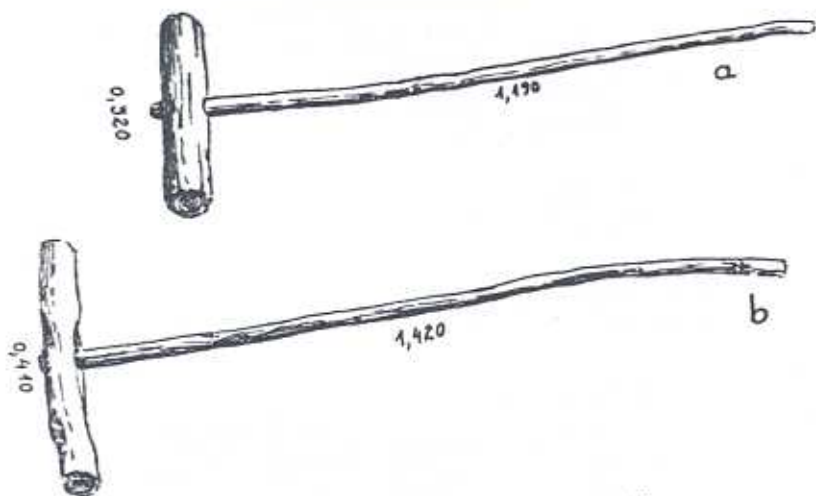
102 — Almodovar. *Picadeira*



103 — Santarém. *Estorrador*



104 — Nisa. Rascalho para rascalhar o trigo



105 — Maços de desterroar — a) Alcobaça; b) Aljezur

teira e a outra extremidade assenta no chão, em linha irregular; e estão munidas de duas facas de ferro, salientes na face inferior cerca de 7 cm (des. 104). Em frente do rodado vê-se um barrote ligeiramente mais comprido que o eixo, ligado a este por dois tirantes de ferro.

Além do seu emprego como desterroador, este instrumento é ainda muito empregado para arranhar a terra quando o trigo está a nascer.

DESTERROAMENTO A BRAÇO

14 — *Maço*. O desterroamento a maço, espécie de grande martelo de pau, de cabo muito comprido, manejado a braço, é um sistema arcaico e hoje muito raro (des. 105). Nessa função, ele é sem dúvida um velhíssimo instrumento, contemporâ-

neo do mais antigo uso do arado, e tem uma área mundial extremamente vasta. O maço aparece já em desenhos rupestres do Bronze, na Suíça, e ocorre na Ásia Oriental, da Índia Anterior ao Tibete, Japão e Indonésia, e, na Europa, da Baviera — figurando numa iluminura das Geórgicas de Nurembergue, de 1502 — a Hamburgo, e da Eslováquia e Hungria à Finlândia. Entre nós, hoje, ele subsiste apenas na região de Alcobaca, indo até perto do Cadaval e Alenquer, e no Algarve, em Aljezur. Na Benedita, Alcobaca, ele usa-se de Março a Abril, para desfazer os torrões que ficam depois da gradagem, nas terras presas e barrentas.

«É em geral utilizado para as sementeiras do milho, mas a operação repete-se várias vezes. A primeira é na altura da gradagem. Voltam a desterroar após caírem as primeiras águas pesadas, antes do milho ter nascido. Depois do milho nascer, nas cavas, também voltam a desterroar.

Além da cultura do milho usa-se o maço na cultura da batata, do grão-de-bico e do chicharo, sobretudo durante a sacha.

No Vimeiro só usam o maço na altura da sacha do milho e da batata. Dizem eles que é para fazer pó, isto é, pulverizar os torrões. Em Turquel usam-no nas terras baixas, onde as águas não correm, dando lugar ao endurecimento da terra e formação de torrões.

Nesta área é costume haver 'juntadas' para cavar o milho e também para desterroar, a fim de tornar o trabalho mais divertido e mais rápido, como acontece com várias outras actividades agrícolas entre nós.

Nas Caldas da Rainha também costumam desterroar o chão forte das vinhas. Mas como é um chão muito 'enqueijado', só se pode desterroar com a enxada de pontas»²⁰¹.

O maço, agora, a despeito da sua antiguidade e feição primitiva, não constitui um puro arcaísmo, mas sim um processo específico, que existe além da gradagem, e para terras onde esta não é inteiramente eficaz. A região onde ele ainda ocorre — Alcobaca —, é mais evoluída do que a serra de Santo António, que lhe fica vizinha, e que é extremamente arcaizante, e onde, a despeito, disso, ele já não existe.

Embora no conjunto da sua área global o maço apresente certas pequenas diferenças, a simplicidade da sua estrutura torna desnecessário o estabelecimento de qualquer classificação tipológica.

201 Jorge Dias, "Occatio", 'Revista de Etnografia', 24, Porto, 1969, pp. 275-293.